

Diário do Legislativo de 04/11/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

2 - ATAS

2.1 - 65ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa em 21/10/97, Destinada a Homenagear a Congregação Marista pelo Centenário de sua Presença no Brasil

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

O Conselho da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, em sua reunião do dia 15/10/97 e nos termos da Resolução nº 2.778, de 27/4/82, decidiu conceder o Mérito Legislativo às seguintes personalidades:

Grau Grande Mérito

Desembargador Lúcio Urbano Silva Martins (promoção)

Embaixador Carlos Moreira Garcia

Ministro Marcos Vinicius Rodrigues Vilaça

Desembargador Paulo Tinoco (promoção)

Doutor Djalma Bastos de Moraes

Sociólogo Herbert de Souza ("post-mortem")

Grau Mérito Especial

Deputado Federal Herculano Anghinetti

Deputado Federal João Domingos Fassarella

Deputado Federal João Lúcio Magalhães Bifano

Deputado Federal Zaire Rezende (promoção)

Deputado Estadual Anivaldo Antônio dos Santos Coelho

Deputado Estadual Antônio Felipe Zeitune

Deputado Estadual Ivair Nogueira do Pinho

Deputado Estadual Olinto Dias Godinho

General-de-Divisão Carlos Patrício Freitas Pereira

Secretário de Estado Antônio Aureliano Sanches de Mendonça

Vereador Sávio Souza Cruz

Juiz Gabriel de Freitas Mendes

Conselheiro João Bosco Murta Lages

Juiz Joaquim Herculano Rodrigues

Doutor Elmo Meireles Pahl

Doutor Geraldo Magela Pinto Garcia

Juiz José Joaquim Benfica

Engenheiro Rubens Lessa Carvalho (promoção)

Cônsul Grammenos Mastrojeni

Reitor Faiçal David Freire Chequer

Economista Virgílio Guimarães de Paula

Doutor Francisco Américo Mattos de Paiva

Doutor Eduardo Silveira de Noronha Filho

Doutor Flávio Góes Menicucci

Doutor Raimundo Cândido Júnior

Engenheiro Giovanni Battista Razelli

Doutor Mauro Roberto Soares de Vasconcellos (promoção)

Doutor Paulo Severino de Rezende (promoção)

Doutor Guy Torres (promoção)

Coronel de Cavalaria QEMA Ary Vieira Costa

Coronel PM Osvaldo Miranda da Silva

Coronel PM Mauro Lúcio Gontijo

Coronel PM Ari de Abreu

Coronel PM Edgar Eleutério Cardoso

Doutor Airson Bezerra Lócio
Doutor Hildeberto Santos Araújo
Doutor Bayron Costa de Queiroz
Doutor Ciriaco Serpa de Menezes
Empresário Walduck Wanderley (promoção)
Empresária Dalva Camilo Diniz (promoção)
Compositor Fernando Ferreira Brant
Cantor Milton Silva Campos do Nascimento
Jornalista Edison Zenóbio (promoção)
Jornalista Carlos Lindemberg Spínola de Castro (promoção)
Empresário Marcílio Gonçalves (promoção)
Empresário Stefan Bogdan Salej (promoção)
Empresário Nagib Calil El Abras (promoção)
Empresário Gilmam Viana Rodrigues
Empresário José Orlando Pinto da Cunha
Cineasta Helvécio Luiz de Amorim Raton
Maestrina Ângela Pinto Coelho
Senhora Priscila Euler Freire de Carvalho
Artista Plástico Álvaro Brandão Apocalypse
Artista Plástico Amílcar de Castro
Diretor de Teatro José Geraldo Dangelo
Jornalista Hiram Firmino
Arquiteto Álvaro Hardy
Escritor Roberto Drummond

Grau Mérito

Dom Lélis Lara
Dom Anselmo Müller
Secretário Adjunto Eduardo Pereira Guedes Neto
Secretário Adjunto Paulo Kleber Duarte Pereira
Doutora Betânia Maria Gonzaga Jayme (promoção)
Economista Onofre de Oliveira
Doutor Aluizio Fantini Valério
Jornalista Paulo César Mota Valadares
Atriz Patrícia Conceição Melo Novais
Ator Joaquim Antunes (Jacson Antunes)
Doutor Herbert Sardinha Pinto

Doutor Antônio Cândido Martins Borges

Doutor Silas Costa Pereira

Vice-Prefeito Marcos Villela de Sant'Anna

Tenente-Coronel PM Reni Abel de Miranda

Major PM Fernando Muniz

Engenheiro Paulo Roberto Henrique

Doutor Diógenes Wilson de Araújo Ladeira

Doutor Lauro Lopes Pinheiro

Professor José Antônio dos Reis

Juíza Myriam da Conceição Saboya Coelho

Senhor Getúlio Gontijo de Amorim

Doutora Julieta Burza

Empresária Iveta do Carmo Dias

Doutor José de Souza Franco

Administrador Olímpio Esteves Naves Neto

Jornalista Marcelo Landi Mate

Administrador João Martins Sales Filho

Doutor Fábio Augusto de Abreu e Silva

Engenheiro Ascendino Romualdo dos Reis

Doutora Ângela Lage Damiellian

Prefeito Fausto do Espírito Santo Veloso

Prefeita Nilzete Moreira Oliveira

Doutor José Ernesto Teixeira

Doutor Luiz Aureliano Gama de Andrade

Prefeito Geraldo Barbosa Leão Júnior

Empresário Alceu Silva Mendes

Doutor Nívio Braz de Lima

Empresário George Nornam Kutova

Prefeito Hermínio José Gutterres Rodrigues

Doutor Ary Gonçalves Nogueira

Prefeito Sebastião Ferreira dos Santos Sobrinho

Prefeito João Eustáquio Vieira

Prefeito Orlando Gonçalves Pedrosa

Prefeito João Reginaldo de Souza

Senhor Francisco Barbosa Júnior

Prefeito Marco Túlio de Souza Lima Novais

Prefeito Élvio Garcia
Prefeito Luis Antônio Carvalho Santos
Prefeito Francisco de Assis Peron
Empresário Fábio Eustáchio de Araújo
Prefeito Lanfroi Fernandes da Cruz
Prefeito Paulo Dias Moreira
Técnico de Futebol Hélio Cézár Pinto dos Anjos
Professora Maria Ângela Sena Rabelo
Prefeito Osmando Pereira da Silva
Prefeito Nathan Brauer
Engenheiro Marco Antônio de Lima
Doutor Ivan José Santana Figueira
Prefeito Lucimar Batista Belchior
Prefeito Urbino Capanema Júnior
Prefeito José Milton de Oliveira
Empresário Roberto Queiroz Gontijo
Prefeito Guilherme Ribeiro de Souza
Professora Cândida Correa Cortes Carvalho
Doutor Ciro dos Santos
Economista José Osvaldo Guimarães Lasmar
Doutor Carlos Geraldo Valadares
Prefeito Antônio Silva
Prefeito Antônio Carlos Mesquita
Jornalista Geraldo Melo Corrêa
Empresário Mauricio de Las Casas Ignácio da Silva
Prefeito Warmillon Fonseca Braga
Empresário Geraldo de Assis Zebral
Doutor José Maurício Figueiredo
Senhor Geraldo Gonçalves
Senhor Divino Ribeiro

Grau Insígnia

Doutor Eduardo Vieira Moreira
Doutor Paulo Roberto Valques Milani
Doutor Rômulo de Oliveira
Doutor Luiz de Jesus
Monsenhor Luiz de Freitas Pires

Monsenhor Celso de Carvalho

Padre José Simões

Padre José Antista

Padre Hernani José Ferreira

Padre José Luciano Jacques Penido

Padre Marcelo Tibo Aires

Pastor Edson Ferreira Nascimento

Jornalista Mônica Cristina Miranda Santos

Jornalista Eduardo Pereira Guedes Neto

Vice-Prefeito Antônio Walter do Amaral

Vice-Prefeito Ivamar Goulart da Silva

Vereador Detsi Gazzinelli Júnior

Vereador Hamilton Viana Neves

Vereador Jean Mifarreg

Vereador João Anacleto dos Santos

Doutor José Mário Pena

Professora Maria Ivonilde Oliveira Magalhães Cruz

Doutor Elias Antônio Augusto Zenun

Doutor Nelson Soares de Melo

Senhor Expedito Silvério da Silva

Palácio da Inconfidência, 3 de novembro de 1997.

Conselho da Ordem do Mérito Legislativo

Romeu Queiroz, Presidente - Dilzon Melo, Secretário - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Maria Olívia - Kemil Kumaira - Ajalmar Silva - Dimas Rodrigues.

ATAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 21/10/97, DESTINADA A HOMENAGEAR A CONGREGAÇÃO MARISTA PELO CENTENÁRIO DE SUA PRESENÇA NO BRASIL

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Sebastião Navarro Vieira - Palavras do Irmão Manoel Alves - Apresentação da Banda Marcial Marista do Colégio Dom Silvério de Belo Horizonte - Entrega de placa - Apresentação do Coral Marista - Vozes - Execução do Hino Oficial do Centenário dos Irmãos Maristas no Brasil - Palavras do Sr. Presidente - ENCERRAMENTO.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Baldonado Napoleão - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Ermano Batista - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Deputado Tarcísio Henriques, Secretário da Justiça e representante do Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; o Revmo. Irmão Manoel Alves, Vice-Presidente da União Brasileira de Educação e Ensino e Diretor-Geral do Colégio Marista Dom Silvério; o Revmo. Sr. D. Décio Zandonade, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte e representante de D. Serafim Fernandes de Araújo; o Exmo. Sr. Dr. Antônio Carlos Gomes, Diretor do Colégio Marista de Varginha; o Revmo. Irmão Benedito Lima, Diretor do Colégio Marista de Patos de Minas; o Exmo. Sr. Prof. Miguel da Silveira Maciel, Diretor do Colégio Marista de Montes Claros; o Exmo. Sr. Prof. Ricardo Alencar Ribeiro, Diretor do Colégio Marista de Uberaba; o Exmo. Sr. Juiz Manoel Cândido Rodrigues, representante do Tribunal Regional do Trabalho.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a Congregação Marista pelos 100 anos de sua presença no Brasil.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, a ser executado pela Banda Marcial Marista do Colégio Dom Silvério de Belo Horizonte.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Sebastião Navarro Vieira

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, autor do requerimento que suscitou a realização desta homenagem.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Exmo. Sr. Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Tarcísio Henriques, Secretário da Justiça e representante do Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Revmo. Irmão Manoel Alves, Vice-Presidente da União Brasileira de Educação e Ensino e Diretor-Geral do Colégio Marista Dom Silvério; Revmo. Sr. D. Décio Zandonade, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte e representante de D. Serafim Fernandes de Araújo; Exmo. Sr. Prof. Antônio Carlos Gomes, Diretor do Colégio Marista de Varginha; Revmo. Irmão Benedito Lima, Diretor do Colégio Marista de Patos de Minas; Exmo. Sr. Prof. Miguel da Silveira Maciel, Diretor do Colégio Marista de Montes Claros; Exmo. Sr. Prof. Ricardo Alencar Ribeiro, Diretor do Colégio Marista de Uberaba; Exmo. Sr. Juiz Manoel Cândido Rodrigues, representante do Tribunal Regional do Trabalho; Sras. e Srs. Deputados, alunos e ex-alunos maristas, senhoras e senhores, em 1816, aos pés da imagem de Nossa Senhora, o jovem José Bento Marcelino Champagnat, recém-ordenado sacerdote, invocava a proteção divina com a seguinte prece:

"Virgem Santa, é para vós, tesouro das misericórdias e canal das graças, que volto os olhos e ergo as mãos suplicantes. Peço com instância que me tomeis debaixo do vosso amparo. Peço que intercedais por mim junto ao vosso adorável filho, para ele conceder as graças necessárias a um digno ministro dos altares. Debaixo dos vossos auspícios, quero trabalhar pela salvação das almas. Nada posso, ó Mãe de misericórdia, nada posso, bem o compreendo; mas vós podeis tudo por vossas orações. Virgem Santa, em vós ponho toda a minha confiança. Eu vos ofereço, entrego e consagro minha pessoa, meus trabalhos e todas as ações da vida".

Lição sublime de vida de um jovem sacerdote, cheio de ideais que sentia brotar em seu coração o desejo de colocar sua vocação a serviço da formação de jovens sob a proteção da Mãe de Jesus, em uma França pós-revolucionária e que atravessava uma grave crise no seu sistema educacional: apenas as grandes cidades francesas possuíam boas escolas. O interior, carregado de vilas, estava totalmente desguarnecido.

Marcelino Champagnat não se conformava com o fato de jovens franceses, moradores das pequenas vilas, serem privados do aprendizado e do conhecimento. Aprendizado dos valores de liberdade e de cidadania, tão caros aos franceses, e do conhecimento das ciências e das letras.

Incrível, senhores, como os 80 anos transcorridos entre o nascimento da Congregação Marista, em janeiro de 1817, e a chegada dos queridos Irmãos maristas ao Brasil, em 1897, foram mais do que suficientes para assegurar a fama de grandes educadores que, já naquela época, os maristas possuíam.

E é em busca da fama dos grandes educadores que D. Eduardo Duarte e Silva, Bispo de Goiás, vai à França, na então chamada Casa Generalícia de Saint Genis-Laval, em 1893, pedir que os Irmãos maristas venham para o Brasil e exercitem o carisma de seu fundador: cuidar da educação de jovens do interior do País. D. Eduardo queria os maristas em Uberaba e no interior de Goiás. A solicitação não pôde ser atendida à época.

Ocorre, porém, que D. Silvério Gomes Pimenta, então Arcebispo de Mariana, pretendia a mesma coisa, só que almejava a vinda dos educadores franceses para o seu território. Procura o auxílio do Cardeal Rampolla, Secretário de Estado do Papa Leão XIII, e o convence a auxiliá-lo na empreitada. Dessa maneira, através de correspondência pessoal do Secretário de Estado para o Irmão Teofânio, Superior Geral dos Irmãos Maristas, datada de 7/3/1896, D. Silvério Gomes Pimenta consegue seu objetivo: a 15/10/1897, um grupo de Irmãos chega ao Brasil, no porto do Rio de Janeiro.

Três dias depois, em 18/10/1897, os Irmãos Afonso Estêvão, Luís Anastácio, Basílio, Aloísio e Andrônico chegam em Congonhas do Campo, terra natal de D. Silvério, e se instalam à sombra do Santuário do Bom Jesus, na Diocese de Mariana. De Congonhas, os Irmãos maristas ocuparam todo o Brasil. Registra a Congregação Marista, em todo o território nacional, uma rede de 65 escolas, 35 obras sociais, 3 universidades, 4 editoras, 7 rádios e 3 emissoras de televisão. Já labutam cerca de 600 Irmãos, 6.800 professores, 4.200 funcionários e mais de 100 mil alunos. São números que falam por si e atestam ter germinado, de modo prodigioso, a semente plantada em solo mineiro, à sombra do Santuário do Bom Jesus. Nesta hora, senhores, vemos a força de um ideal. Aquele jovem sacerdote que, em 1816, aos pés da Virgem Maria, entregava sua vocação de educador para a construção de uma sociedade mais justa, poderia imaginar sua obra estendida para os mais diversos rincões do planeta, perfazendo a soma de 74 países?

Nesta hora, também, senhores, permito-me lembrar um pouco, em um ato público de agradecimento, a presença dos Irmãos maristas em minha vida. Sou um dos felizes ex-alunos do Colégio Marista de Poços de Caldas. Boa parte de minha formação devo-a aos Irmãos maristas. Sabe-se que é na adolescência que se fundamentam os princípios norteadores da vida adulta. Conviu com eles o período do antigo ginásio, em regimes de semi-internato e externato. Ainda ouço as vozes do nosso Reitor, Irmão João de Deus; do Vice-Reitor, Irmão Paulo Norberto, e dos Irmãos Felipe Néri, Ivo Bernardo, Próspero Luís, Gabriel, Jorge Noé, Nemézio, Dimas Aleixo, José Paulino, Fabiano, Jaime Luís, Abdon, Floriano, Zenóbio e André Luís.

Marcaram-me as lições de paciência, de amor ao próximo, de respeito ao direito e, sobretudo, de profundo respeito à vida. Respeito às coisas simples da natureza, voltado para o conhecimento de que o homem é o senhor da história, mas, inexoravelmente, conduz sua história para Deus, através do lema "ad Jesvs per Mariam". Marcaram-me, sobretudo, a forte presença do propósito de Marcelino Champagnat no processo educacional. Sua teoria de que os maristas devem "formar bons cristãos e virtuosos cidadãos" sempre foi um norte, uma bússola para nós, alunos de colégios maristas. A marca da cidadania e o seu pleno exercício sempre foi uma luta de minha vida parlamentar. Posso dizer, sem medo de errar, que a incessante busca de fazer com que meus concidadãos tenham, no exercício da cidadania, o seu mais forte salvo-conduto para o completo reino da democracia vem do meu ensino de 1º grau, pelas mãos dos discípulos do Beato Marcelino Champagnat. Não me posso furtar de dizer-lhes, ainda, que a pedagogia marista impregnou, com marcas bem profundas, minha vida, o amor ao trabalho, o espírito de família e a simplicidade.

Sei que, com meu pai, companheiro inseparável e muito saudoso, aprendi a fazer da política um ponto de convergência para o bem comum. Com ele, aprendi, ainda, que o político é,

antes de tudo, um porta-voz dos que não têm voz. Com ele, aprendi a força da palavra no Plenário de uma Casa de Leis. As lições de meu pai propiciaram o terreno fértil em minha vida, onde os ensinamentos que me foram transmitidos pelos queridos Irmãos maristas frutificaram. Era uma coisa interessante. Lembro-me de ouvir o Irmão André Luiz proferir em latim, para depois traduzir, com a ênfase própria dos educadores, o brocardo: "Errar é humano. Permanecer no erro é diabólico". E quando ele falava, vinha-me à frente a figura de meu pai dizendo: "Não tenha vergonha de errar. Tenha vergonha de permanecer no erro e de não lutar para combatê-lo".

Assalta-me, ainda, a recordação das músicas tocadas pelo organista exímio que era Irmão Fabiano. Parecia que punha sua vida naquele instrumento, quando nos fazia meditar sobre a nossa função como cidadãos e sobre qual seria nossa missão no plano de Deus.

Aprendi com os maristas, também, que o estudo é o caminho para o questionamento. Fundamentar bem as coisas é o primeiro passo para olhar a vida com olhos de aprendiz. Isto é, quanto mais se estuda, mais se quer aprender. O estudo não é somente o passaporte para o vestibular. É, principalmente, o passaporte para descobrir, pelo questionamento, as maravilhas do mundo. Descobrir, pelo questionamento, o papel de cada um de nós na história: médico, dentista, político, professor, servidor, bancário e banqueiro, patrão e operário.

Nosso aprendizado passava, obrigatoriamente, pelos livros da Editora FTD. Aprendíamos, com um orgulho próprio de quem fazia parte de um grande processo educacional. O nome da editora era uma homenagem ao 4º Superior Geral dos Irmãos maristas, através das iniciais de seu nome - Frère Théophile Durand. Mas o bom mesmo era a gente brincar entre nós, alunos que tínhamos de ler e conviver diariamente, com atenção e respeito, com aqueles livros de capa dura, ilustrações fortes e letras miúdas, porque FTD significava, de fato, "feijão todo dia".

A convivência com os Irmãos maristas transcendeu o período escolar. Lembro-me da sólida amizade que mantive com o Reitor de meu irmão caçula, o Irmão Gonçalves Xavier, e com o Irmão José Gregório, com quem, eu já formado e exercendo a profissão de cirurgião-dentista, constituí grupo de estudo sobre a parapsicologia e a prática da hipnose.

Dessa maneira, senhoras e senhores, homenagear os Irmãos maristas pelos seus 100 anos de Brasil é um momento ímpar em minha vida parlamentar. É um momento em que o ex-aluno de ontem, alçado à galeria dos legisladores, pode vir testemunhar o quanto essa congregação fez pelo desenvolvimento do ensino, da formação, da difusão de novas técnicas pedagógicas. A homenagem que a Assembléia do Estado de Minas Gerais hoje presta à Congregação Marista, através da Província do Rio de Janeiro, cuja sede é Belo Horizonte, é, pois, um dever de justiça.

Justiça em reconhecer o meritório trabalho desenvolvido pelos Irmãos, sem que se perca o grande referencial traçado por Marcelino Champagnat: "No ensino, o fim principal da instrução não é tanto encher a cabeça das crianças de conhecimentos úteis, mas proporcionar-lhes meios de adquiri-los. Para tanto, deve desenvolver, dirigir e cultivar suas faculdades intelectuais, a fim de colocá-las em situação de delas tirar proveito ao longo da vida".

Justiça em reconhecer que os colégios maristas estão sempre buscando a chamada excelência acadêmica, sem, no entanto, cair no academicismo. E entende ainda a Congregação Marista que excelência acadêmica exige uma sociedade plural, mas longe do hedonismo e do consumismo que imperam em nossa sociedade. Para tanto, torna-se necessário o compromisso da Congregação com os pobres, os excluídos. Esse trabalho é feito através de suas obras sociais.

É importante esclarecer que as obras sociais dos Irmãos maristas têm um caráter diferenciado. Elas são sociais no sentido amplo da palavra: a sociedade é chamada a participar de formas variadas, notadamente através de serviços voluntários de assistentes sociais, psicólogos, médicos, dentistas, advogados, professores e todo tipo de profissão que possa contribuir para o desenvolvimento e a saúde física, psicológica, social e afetiva das crianças e dos jovens.

Selecione, entre as várias obras sociais existentes, a Casa da Acolhida, o Aprendizado Marista e o curso noturno do Colégio Dom Silvério.

A Casa da Acolhida, existente no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, possibilita às crianças e aos adolescentes que nelas são acolhidos todos os dias - e que trazem no corpo e na alma as marcas injustas da exclusão social a que são submetidos - a participação em atividades socioeducativas, recreativas, esportivas e culturais. Além disso, eles são encaminhados à escola, ao trabalho e ao atendimento médico e odontológico. Recebem, também, orientação para obtenção de documentos.

Em Silvânia, no Estado de Goiás, os Irmãos maristas coordenam, desde 1980, o Aprendizado Marista Padre Lancísio, que atende cerca de 220 crianças em regime de escola formal, abrigo e semi-abrigo. Pela manhã, a Escola do Aprendizado, que é conveniada com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, trabalha com uma proposta político-pedagógica que busca criar processos socioculturais e de ensino e aprendizagem que atendam às reais necessidades e expectativas das crianças que nela estudam. Durante a tarde, as crianças fazem estudos orientados e participam de diversas oficinas de criatividade, produção e geração de renda. À noite, crianças, monitores e Irmãos maristas realizam atividades recreativas e culturais numa proposta de trabalho que valoriza a criança em todas as suas capacidades: cognitivas, afetivas, sociais e culturais.

O curso noturno do Colégio Dom Silvério, em Belo Horizonte, oferece gratuitamente ensino fundamental e médio para 350 alunos da classe trabalhadora. Além do ensino, os alunos recebem apoio pedagógico, psicológico e espiritual. São iniciados na profissionalização e usufruem de atendimento médico e odontológico.

Hoje, portanto, esta Casa do povo, local por excelência do exercício da cidadania, rende suas homenagens à Congregação Marista, que tem como objetivo maior formar "valerosos cidadãos".

Particularmente, ao requerer esta reunião especial, posso reafirmar ao Revmo. Irmão Gentil Paganotto, Provincial da Província Marista do Rio de Janeiro, e ao Revmo. Irmão Manoel Alves, Vice-Provincial e Diretor-Geral do Colégio Dom Silvério, os meus compromissos com a doutrina de Marcelino Champagnat.

Saibam V. Revmas. que continuo, ainda, um aluno marista. Principalmente quando os reveses da vida, as dificuldades em exercer a cidadania e o esmorecimento vão se assenhorando de meus atos, relembro-me daqueles anos que passei no Colégio Marista de Poços de Caldas, onde me foi acesa a chama do ideal.

Tal como em um passe da mágica, recordo o lema marista e me vejo cheio de vontade de continuar a fazer de minha vida um pleno exercício de cidadania.

Dessa maneira, ao cumprimentar os maristas, faço-o com um profundo respeito. Faço-o, também, com um alerta recalcitrante: continuem a exigir de seus Irmãos, professores, funcionários e, principalmente, de seus Diretores o compromisso de que mantenham acesa a chama do ideal na cabeça da juventude que passa pelos colégios maristas.

Bem sei, Irmão Manoel Alves, a quem me dirijo neste instante, como coordenador maior da União Brasileira de Educação e Ensino, que V. Revma. já é uma lenda na comunidade marista. Sei que goza de um conceito que é procurado pelo educador de todo o País: o de ser mestre. Que sua vocação para o magistério seja sempre um renovado compromisso de fazer com que os professores e os Diretores do Sistema Marista de Ensino mantenham sempre em vista o acender a chama do ideal.

Somente assim a homenagem do povo de Minas, por intermédio desta Casa Legislativa, terá atingido o seu objetivo.

O Deputado Baldonado Napoleão (Em aparte) - Agradeço o aparte e peço licença para tomar um minuto do seu belo, substancial e justo pronunciamento para associar a minha homenagem à da Assembléia Legislativa e dos Deputados Estaduais de Minas à Congregação Marista.

Nos últimos anos, tive a oportunidade de conhecer bem de perto a Congregação Marista, por meio de conversas quase diárias com meu amigo e companheiro de trabalho, Diretor da CDI, Dr. Nathan Rosebauher, que assessora a Congregação Marista. Por essa razão, faço questão de usar a palavra durante o seu pronunciamento.

Ao ler, recentemente, material informativo sobre a Congregação Marista, sua história, sua filosofia, suas realizações, tentei, como Professor de Administração, definir um texto que explicasse, caracterizasse e estabelecesse uma moldura para a instituição, a organização Congregação Marista.

Pensei que podia ser considerada como uma universidade, porque ela desenvolve um grande trabalho de ensino, pesquisa e extensão. Mas cheguei à conclusão de que, mesmo como universidade - seria uma das maiores do mundo, com 200 mil alunos -, por mais importante e grandioso que seja esse termo, não definiria na totalidade o conteúdo e as atividades da Congregação Marista, uma instituição que, além de ensino, pesquisa e extensão, realiza extraordinárias obras sociais, treinamento, comunicação social, cultura e desenvolvimento gerencial de atividades pedagógicas e muito mais do que isso. Então, desisti de achar um termo que caracterizasse ou definisse a moldura institucional dessa grande instituição. Quero apenas dizer que sua história nos orgulha muito, porque no Brasil essa instituição nasceu em Minas Gerais, é irmã gêmea da nossa Capital, que comemora também 100 anos, e, portanto, todos os mineiros, principalmente nós, representantes do povo mineiro, aqui estamos com grande orgulho. Parabéns à instituição e a todos os homens que fizeram e fazem esse belo trabalho. Quero cumprimentar o Deputado Sebastião Navarro Vieira pela oportunidade de a nossa Assembléia Legislativa viver aqui uma grande festa, uma grande e justa oportunidade de homenagear essa grande, bela e importante instituição. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Agradeço o oportuno aparte do ilustre Deputado Baldonado Napoleão, que vem trazer um pouco de brilho a esse meu modesto pronunciamento e reafirmar comigo a justiça que se pratica aqui na Assembléia mineira, em forma de homenagem à importante Congregação dos Irmãos Maristas, pelo tanto que tem feito pelo Brasil e por Minas Gerais.

Somente assim a sociedade mineira será sempre beneficiada com o que de mais sagrado pode existir para a sua existência: o profundo respeito entre educadores e educandos, entre o Estado e a Nação e, principalmente, entre o cidadão, senhor da história, e seus atos no exercício da cidadania.

Somente assim a prece feita em 1816 pelo jovem sacerdote José Bento Marcelino Champagnat continuará sempre atual e sempre presente: "Virgem Santa, em vós ponho toda a minha confiança. Eu vos ofereço, entrego e consagro minha pessoa, meus trabalhos e todas as ações da vida".

Parabéns, Irmãos, Diretores, professores, servidores e alunos da família Marista no Brasil.

Afinal de contas, nada mais santifica a linguagem dos homens, depois da oração, que o ato de ensinar.

Parabéns!

Palavras do Irmão Manoel Alves

O Sr. Presidente - A Presidência passa a palavra ao Irmão Manoel Alves, Vice-Presidente da União Brasileira de Educação de Ensino e Diretor do Colégio Marista Dom Silvério

O Irmão Manoel Alves - Exmo. Sr. Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Exmo. Sr. Deputado Tarcísio Henriques, Secretário da Justiça e representando o Sr. Governador, Dr. Eduardo Azeredo, Revmo. Dom Décio Zandonade, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte e representante de nosso Arcebispo Metropolitano, Dom Serafím Fernandes de Araújo; Exmos. Srs. Deputados aqui presentes, que nos honram com esta homenagem; distintos membros da Mesa Diretora desta reunião especial; Irmãos maristas e Diretores dos colégios maristas; prezados professores e funcionários; queridos alunos e ex-alunos de nossos colégios e seus familiares; amigos e amigas, senhoras e senhores, este centenário é efeméride de grande densidade histórica para o nosso querido Instituto Marista e, de modo especial, para os colégios maristas de Minas Gerais: o Diocesano, de Uberaba; o Dom Silvério, de Belo Horizonte; o São José, de Montes Claros; e os Maristas de Varginha, Patos de Minas e São Vicente.

Esta solenidade é mais um marco na trajetória, já bastante longa, desta instituição de educação e ensino tão tradicional em nosso Estado. Trata-se de momento importante para a confirmação do compromisso marista com o bem-estar de nosso povo, tendo em vista o ideal maior, que é a educação das novas gerações. A presença marista no Brasil iniciou-se em 15/10/1897, quando 6 pioneiros, entre os quais 4 com apenas 18 anos, aportaram no Rio de Janeiro.

Quis a Providência que recaisse sobre Minas Gerais a honra de ser o primeiro Estado brasileiro a acolher os maristas. Em 18 de outubro, eles chegavam a Congonhas do Campo para assumir a direção daquela que seria a primeira obra educativa marista em nossa Pátria. Quis também a Providência que recaisse sobre Minas Gerais a primazia de poder contar em sua diocese com aqueles beneméritos educadores. Aqui, a justa e devida homenagem dos Irmãos maristas a D. Silvério Gomes Pimenta, o santo e sábio Arcebispo de Mariana, por cuja intercessão chegaram ao Brasil os primeiros maristas. D. Silvério foi um dos mineiros mais ilustres do século. Criança pobre, pôde, pelo estudo, tornar-se uma de nossas mais brilhantes inteligências. Primeiro Bispo negro de nossa Pátria, membro da Academia Brasileira de Letras, Pastor zeloso, foi bem sucedido em tudo quanto empreendeu. Sua vida e obra estão ligadas intimamente à dos maristas e a nosso Estado. Por feliz esmero da Divina Providência a inauguração de Belo Horizonte, Capital dos mineiros e sede desta Casa Legislativa, coincidiria com o início das atividades dos maristas no Brasil. Em 18/10/1897, os primeiros maristas, vindos da França, chegavam a Congonhas do Campo. Menos de dois meses depois, em 12 de dezembro do mesmo ano, inaugurava-se, ao longo da serra do Curral, a nova Capital. D. Silvério, Bispo de Mariana, que trouxera os maristas para administrar o Colégio Diocesano de sua terra natal, foi responsável pela implantação da Igreja na nova Capital do Estado. Até o ano de 1921, Belo Horizonte esteve sob jurisdição da diocese, sob a responsabilidade de D. Silvério. A obra marista em terras de Santa Cruz e a Igreja Católica da Capital mineira iniciaram-se sob o pastoreio de D. Silvério Gomes Pimenta. Graças à atuação desse santo prelado celebramos, hoje, concomitantemente, o primeiro centenário da presença da Igreja em Belo Horizonte e da presença marista em Minas Gerais e no Brasil. A pequena semente, no entanto, começou a crescer para transformar-se em frondosa árvore, à imagem do pequeno grão de mostarda de que nos fala a Sagrada Escritura. O espírito sagaz e lúcido que marcou a plêiade de nossos pioneiros maristas levou-os a partirem logo para novas e mais desafiantes empreitadas. Aquelas primeiras gerações de bravos e destemidos filhos do beato Champagnat, todos eles de saudosa memória, são merecedoras do nosso pleito de gratidão e da nossa homenagem pela capacidade de descortínio e de grande visão do futuro.

Novas fundações pulularam por todo o Brasil. Minas Gerais também viu a obra crescer a partir de Congonhas: Uberaba, Varginha, Poços de Caldas, Belo Horizonte, Montes Claros, Patos de Minas, São Vicente e, mais recentemente, Araçuaí, no coração do vale do Jequitinhonha. A construção de grandes colégios foi acompanhada de iniciativas no campo social, caritativo, pastoral e, mais recentemente, no da comunicação social. No entanto, mais importante do que as grandes edificações é o diuturno trabalho de educação cristã, realizado segundo a mais lúdica tradição da pedagogia marista. Legada por nosso santo fundador, o Pe. Marcelino Champagnat, desde os primórdios de sua obra, na França, no início do século passado, a obra marista encontra-se hoje presente em cerca de 80 países, nos cinco continentes e em quase todas as capitais dos Estados brasileiros, marcando gerações e gerações. Os nossos colégios têm uma longa história de bons serviços prestados à população das cidades onde estão instalados e às comunidades a que servem. Sob seus tetos, nas salas de aula, nos pátios e corredores, foram e estão sendo inscritas belíssimas páginas, que tratam a competência, a dedicação e até o heroísmo dos Irmãos maristas e dos muitos professores e funcionários que a eles mais tarde se juntaram. Todos deram e dão o melhor de seu empenho, sua energia e seu talento na insigne missão de educar a nossa juventude. Dizia repetidas vezes o Pe. Marcelino Champagnat, nosso fundador: "Educar os jovens é missão mais nobre e sublime que a de governar o mundo". O reconhecimento e o crescente conceito de que desfrutaram os colégios maristas nas distintas regiões de Minas Gerais e do Brasil são testemunho inequívoco de sua qualidade educacional e da fidelidade aos seus princípios. O progresso de nossa instituição e a posição que ela ocupa hoje no cenário educacional mineiro é fruto das bênçãos de Deus e da Virgem Maria, mas também do esforço de tantos pioneiros de escola, bem como de seus atuais Diretores, educadores e colaboradores, nos mais diferentes níveis de gestão e de atuação, todos qualificados parceiros na missão marista.

Felizmente, senhoras e senhores, não é proibido sonhar. Sonhar é preciso. E sonhar grande, principalmente quando se trata de educação. Em uma instituição como a marista, não há lugar para mediocridade em nenhum aspecto. Nem mesmo o sonho pode ser medíocre. O futuro que antevemos para a obra marista no Brasil não é o de colégios grandes, mas sim o de grandes colégios, destinados a grandes realizações. Grandes, sobretudo, porque fiéis ao ideal de Marcelino Champagnat, qual seja o de educar e formar bons cristãos e bons cidadãos. Um colégio marista não pode, apenas, apresentar uma boa qualidade nos serviços educacionais que presta. A finalidade deve ser inerente a qualquer casa de educação digna de ostentar esse nome. Também não é suficiente que seja apresentada como instituição modelar. Precisa ser mais. Um colégio marista tem por vocação tornar-se um centro de excelência e de referência, uma verdadeira locomotiva que ajude a impulsionar as outras instituições da sociedade que atuem no setor. Ele deve contribuir para resgatar o sentido maior da educação na formação integral da pessoa humana, para que cada criança e cada jovem de nosso País possam ser detentores de referências éticas seguras, de experiência religiosa fecunda e de práticas de cidadania responsável, conhecendo e interpretando o mundo em que vivem, condições indispensáveis para a realização pessoal plena e para a construção de uma sociedade justa e solidária.

Nós, maristas, por força de nosso carisma e de nossa tradição espiritual, devemos ser humildes, mas nem por isso deixar de sonhar alto e de ser destemidos. O nosso glorioso passado e o nosso futuro promissor pesam hoje sobre os ombros de quantos fazemos o Instituto Marista. Sabemos que o futuro não nos pertence. Nossos pósteros serão, no entanto, gratos pelo nosso esforço. O futuro que espera os colégios maristas terá a exata dimensão do nosso sonho e do nosso destemor. Mesmo que o atual momento apresente aspectos difíceis e desafiantes, acreditamos que não devemos nos intimidar e, em hipótese alguma, deter a nossa trajetória de compromisso com a educação das novas gerações de mineiros.

Hoje, passados 100 anos de presença em Minas Gerais e no Brasil, todo esse sonho, toda essa responsabilidade, todo esse compromisso se vêem maiores com a homenagem desta

Assembléia Legislativa de Minas Gerais, representação maior do povo deste Estado. Vemos nesta homenagem, ao mesmo tempo, o reconhecimento pelos serviços prestados pelos colégios maristas à causa educacional em Minas e o desejo de que continuemos firmes em nossa missão, junto aos quase 200 mil alunos que hoje nos freqüentam no Brasil, dos quais cerca de 10 mil em Minas Gerais. Esta homenagem, gostaríamos de dividi-la com todos os que fizeram e fazem a nossa história: Irmãos maristas, Diretores, professores e funcionários, de ontem e de hoje. Dividimo-la também com as inúmeras gerações de ex-alunos e alunos que nos vêm freqüentando há um século. Cada um desses é merecedor de nossos mais efusivos encômios no momento desta reunião especial.

Agradecemos à Assembléia Legislativa, na pessoa de seu Presidente, Deputado Romeu Queiroz, e dos Deputados aqui presentes, estes quase 20 Deputados que aqui vieram nos prestigiar por ocasião da outorga desta honrosa distinção, mais uma coroa a ornar a nossa história. Agradecemos ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, ex-aluno do Marista de Poços de Caldas, a quem coube a proposição da presente homenagem. V. Exa., Deputado Sebastião Navarro Vieira, querido ex-aluno, está inscrito para sempre nos anais do Instituto Marista. Agradecemos a todos que colaboraram para a realização desta sessão, de modo especial ao ex-aluno Jorge Araújo Caixeta e ao ex-professor Elcio Moreira. Agradecemos aos que nos honram com sua presença e àqueles que nos enviaram, anteriormente, distintas manifestações de apreço. Agradecemos, finalmente, à Virgem Maria, nossa boa mãe, de quem levamos o nome e preservamos o espírito, nossa primeira e perpétua Superiora, porque acreditamos, como Marcelino Champagnat, que foi ela quem tudo fez e quem tudo faz entre nós. Muito obrigado. (- Palmas.)

Apresentação da Banda Marcial Marista do Colégio Dom Silvério de Belo Horizonte

O Sr. Presidente - Convido os presentes a ouvir mais uma apresentação da Banda Marcial Marista do Colégio Dom Silvério de Belo Horizonte.

- A Banda Marcial Marista procede a sua apresentação.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de proceder à entrega de uma placa comemorativa deste evento ao Irmão Manoel Alves, Vice-Presidente da União Brasileira de Educação e Ensino e Diretor-Geral do Colégio Marista Dom Silvério. A placa vem com os seguintes dizeres: "Ao homenagear o transcurso do centenário da Congregação Marista do Brasil, a Assembléia Legislativa enaltece o ideal de Marcelino Champagnat e reconhece a contribuição para o ensino de um dos mais importantes sistemas educacionais existentes em Minas Gerais e no País. Belo Horizonte, 21 de outubro de 1997." (- Palmas.)

O Irmão Manoel Alves - Gostaria de entregar aos componentes da Mesa, começando pelo Exmo. Sr. Deputado Presidente desta reunião e da Assembléia Legislativa, uma lembrança desta sessão solene: os volumes que contêm a história desse século de presença marista em nossa Pátria. Gostaria também de convidar o Deputado Sebastião Navarro Vieira para que viesse receber esta homenagem da Congregação Marista, a quem ele tanto honra como ex-aluno. (- Palmas.)

Apresentação do Coral Marista e Vozes

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a apresentação do Coral Marista e Vozes.

- Ouve-se a apresentação do coral.

Execução do Hino Oficial do Centenário dos Irmãos Maristas no Brasil

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Oficial do Centenário dos Irmãos Maristas no Brasil, que será executado conjuntamente pelo Coral Marista e Vozes e pela Banda Marcial Marista.

- Procede-se à execução do Hino Oficial do Centenário dos Irmãos Maristas no Brasil.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Deputado Tarcísio Henriques, Secretário de Estado da Justiça, que neste ato representa S. Exa. o Governador Eduardo Azeredo, Revmo. Irmão Manoel Alves, que representa a comunidade marista, demais autoridades que compõem esta Mesa Diretora, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, na recente visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil, a educação foi um dos temas das conversas oficiais entre os mandatários dos dois países e entre seus assessores. O objetivo é estender e diversificar a cooperação bilateral nesse campo. Embora distanciadas no panorama do desenvolvimento global, ambas as nações enfatizaram que a educação é imprescindível para o bem-estar dos cidadãos, o fortalecimento da economia e a preservação dos valores democráticos.

O Governo brasileiro, sabemos, tem feito esforços para reduzir o atraso que o País registra nessa área, o qual se revela nas estatísticas sobre analfabetismo, repetição, evasão escolar e deficiência na qualidade do ensino. Empenho semelhante pode ser percebido na atuação do Governo do nosso Estado, tendo em vista que aqui também se encontram indicadores similares.

Atenta a essa realidade, a Assembléia Legislativa, por sua vez, tem promovido discussões sobre o assunto, juntamente com órgãos oficiais e entidades da sociedade civil, com o objetivo de levantar as principais questões do setor e encaminhá-las para ações próprias da Casa ou do Poder Executivo.

Somente no decorrer deste ano, já realizamos dois eventos com esse intuito. O primeiro foi um ciclo de debates sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para identificação das peculiaridades regionais e das adaptações necessárias à implantação desse dispositivo legal. A discussão não se restringiu ao âmbito da Assembléia, estendendo-se a todas as regiões de Minas.

Na semana passada, promovemos um fórum de debates sobre o conjunto das leis sancionadas no segundo semestre de 1996 que visam reestruturar e dinamizar a educação brasileira. Além da própria LDB, o encontro teve como tema de destaque o financiamento do ensino fundamental, motivo de apreensão para muitos dos nossos Prefeitos, em razão da falta de recursos em que se encontra a grande maioria dos municípios.

Nesse contexto de preocupações com o sistema educacional, é com grande satisfação que realizamos esta solenidade comemorativa dos 100 anos de atuação dos Irmãos Maristas no Brasil. São instituições como essa que, paralelamente à rede pública de ensino, possibilitam e dignificam a tarefa de formar a juventude para o futuro.

Espalhado por todo o território nacional, o trabalho dessa congregação é um dos mais sólidos e conceituados no contexto escolar brasileiro. Pauta-se pela qualidade do ensino propriamente dito, pela preparação profissional alicerçada nos melhores métodos pedagógicos e em modernos recursos da tecnologia e pela preservação dos valores éticos e morais, vinculados aos princípios religiosos dos maristas.

Educadores por excelência, eles contribuíram grandemente para revitalizar o processo educativo em nosso País, não se limitando, porém, apenas às atividades curriculares. Com visão aberta, sempre procuraram investir em outras áreas, como a cívica, a esportiva e a cultural, objetivando a formação global dos alunos, não se esquecendo de projetos de integração com as comunidades em que atuam.

A obra marista no Brasil é ampla e diversificada. Abrange a manutenção de colégios, universidades, missões, obras sociais, meios de comunicação e editoras, constituindo um patrimônio cultural e religioso inestimável. E é motivo de orgulho para nós, mineiros, saber que tudo começou em Congonhas, onde os seis primeiros Irmãos a ingressarem no País,

vindos da França, fundaram seu trabalho. Vieram eles, a propósito, graças às solicitações do então Bispo Auxiliar de Mariana, Dom Silvério, cujo nome foi dado posteriormente ao respeitado colégio da congregação criado em Belo Horizonte.

Ao comemormos esse tão significativo centenário, queremos congratular-nos com o Deputado Sebastião Navarro Vieira, que requereu esta reunião especial e com toda a família marista, nela incluídos alunos, ex-alunos, pais, professores, funcionários e dirigentes da instituição, que tanto têm feito em prol da educação em nosso Estado e em nosso País.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente- A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados por sua presença. Cumprido o objetivo da reunião, encerra-a, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 22, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre a proposta de emenda à constituição nº 25/96

Às dezesseis horas do dia quatro de junho de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, Ajalmar Silva, Alberto Pinto Coelho, Sebastião Costa, Dilzon Melo, Gilmar Machado, Simão Pedro Toledo (substituindo este ao Deputado Miguel Martini, por indicação da Liderança do PSDB) e Arnaldo Penna (substituindo o Deputado José Maria Barros, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Na ausência do Presidente, Deputado Geraldo Rezende, o Deputado Aílton Vilela assume a direção dos trabalhos. Havendo número regimental, o Presidente solicita ao Deputado Sebastião Costa que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos Deputados presentes. O Presidente informa que a reunião tem por fim apreciar, no 1º turno, o parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/96, do Deputado Marcos Helênio e outros, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado. Na ausência do relator, Deputado José Maria Barros, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Arnaldo Penna, que emite parecer pela aprovação da proposta no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser convocada por meio de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1997.

Aílton Vilela, Presidente - Bilac Pinto, relator - Baldonado Napoleão - Sebastião Costa - Olinto Godinho - Ajalmar Silva - Jorge Eduardo de Oliveira - Carlos Pimenta.

ATA DA 68ª REUNIÃO Ordinária da comissão de agropecuária e política rural

Às dez horas do dia oito de outubro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Elbe Brandão, Roberto Amaral e Maria José Hauelsen, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental e estando presente ainda o Deputado Wilson Pires, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e solicita à Deputada Maria José Hauelsen que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e procede à leitura do Ofício nº 625/97, do Deputado Paulo Piau, datado de 2/10/97; do ofício da FETAEMG, de 1º/10/97; e de convite da EMBRAPA à Comissão, para participar do lançamento das cultivares de milho BR 2121 e Saracura e do sorgo BR 700, bem como da inauguração do Laboratório de Automação Agropecuária, em Sete Lagoas. Em seguida, a Presidência designa a Deputada Elbe Brandão para relatar o Requerimento nº 2.317/97, do Deputado Roberto Amaral. Encerrada a 1ª Parte da Reunião, a Presidência passa à 1ª fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Deputada Elbe Brandão apresenta requerimentos em que solicita sejam convidadas as autoridades que menciona para discutirem, em reunião desta Comissão, a tributação na agricultura; e sejam enviados ofícios aos Deputados Federais por Minas Gerais, solicitando-lhes apoio para que se amplie a dotação orçamentária para o INCRA-MG, tendo em vista a necessidade de se prosseguirem os trabalhos referentes à reforma agrária no Estado. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado Roberto Amaral apresenta requerimento em que solicita seja convidado o Presidente da Associação dos Bananicultores do Norte de Minas - ABANORTE -, de Janaúba, para expor a situação dos produtores de bananas dessa região. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. A Presidência procede à leitura dos seguintes requerimentos: do Deputado Gil Pereira, em que solicita sejam convidadas as autoridades que menciona para prestarem informações sobre os benefícios que os Governos dos Estados de Pernambuco e da Bahia têm concedido aos produtores de frutas locais; e da Deputada Maria Olívia, em que solicita sejam convidadas as autoridades que menciona, para exporem as dificuldades que passam os produtores de frutas do Município de Monte Alegre de Minas, quando da comercialização de seus produtos no CEASA desta Capital. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. A Presidência procede ainda à leitura de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, em que solicita sejam convidadas as autoridades que menciona, para discutirem a possibilidade de reabertura da Agroindustrial Janaúba Ltda., localizada na cidade de Janaúba. O Deputado Roberto Amaral usa da palavra para encaminhar a votação da proposição. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Passando-se à 3ª fase da Ordem do Dia, a Deputada Elbe Brandão opina pela aprovação do Requerimento nº 2.317/97, do Deputado Roberto Amaral. Submetida a votação, é aprovada a proposição. A seguir, a Deputada Elbe Brandão discorre sobre sua audiência com o Ministro Extraordinário de Reforma Agrária, ocorrida em 7/10/97, para se discutir o orçamento da Superintendência Estadual do INCRA neste Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 1997.

Paulo Piau, Presidente - Elbe Brandão - Olinto Godinho - Luiz Fernando Faria.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 316ª reunião ordinária Deliberativa, em 4/11/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento nº 2.290/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que pede seja solicitado ao Secretário do Planejamento o envio dos relatórios da consultoria realizada pela empresa Tomatsu International, de regulamentação e gestão do serviço de saneamento a ser implantado no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.315/97, do Deputado Irani Barbosa, em que pede seja solicitada ao Diretor-Geral do DER-MG informação sobre o motivo pelo qual ainda não foi dada posse ao representante dos usuários de transporte indicado pela Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte no Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano. A Mesa da

Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.419/97, do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e extingue a Fundação Instituto do Coração de Minas Gerais - CARDIOMINAS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/97, do Deputado José Bonifácio, que altera a Lei nº 11.402, de 14/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.363/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com José Augusto Duarte Castanheira e outros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.032/96, do Deputado José Bonifácio, que autoriza a PMMG a celebrar convênio com Prefeituras Municipais e outros órgãos públicos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.166/97, do Deputado João Leite, que revoga a Lei nº 4.734, de 3/5/68, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 9h30min do dia 4/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre os constantes atrasos e extravios na entrega de correspondência e em outros serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Convidados: Srs. Marcelo de Araújo Rodrigues, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Pedro Paulo de Abreu Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Funcionários dos Correios.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 11 horas do dia 4/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 53ª reunião ordinária da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, a realizar-se às 9h30min do dia 5/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.370, 2.372, 2.374 a 2.376 e 2.384/97, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

Ordem do dia da 77ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 5/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar a matéria da pauta e debater, com os convidados, o Projeto de Lei nº 1.320/97, do Deputado Ronaldo Vasconcelos, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa de Restrição à Circulação de Veículos Automotores na Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 788/96, do Deputado Raul Lima Neto.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.203/97, da Deputada Maria José Haueisen.

Convidados: Srs. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Nelson Nefusi, Diretor-Presidente da Companhia e Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB -; Antônio Carlos Pereira, Presidente da BHTrans; Ten.-Cel. PM Gilson F. Campos, Comandante do BHTrans; Mauro Roberto S. Vasconcelos, Diretor-Geral do DER-MG; Danilo Santana, Presidente da Associação Brasileira de Consumidores.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial PARA, EM 60 DIAS, PROCEDER A ESTUDOS QUE CRIEM INSTRUMENTOS POLÍTICOS QUE GARANTAM AO MUTUÁRIO RECEBER Casa Própria ADQUIRIDA ATRAVÉS DE FINANCIAMENTOS FEITOS COM CONSTRUTORAS E APRESENTAR SUGESTÕES AO GOVERNO FEDERAL PARA ENCONTRAR MECANISMOS PARA FISCALIZAÇÃO DE TAIS FINANCIAMENTOS, a realizar-se às 15h30min do dia 5/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36/97

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elbe Brandão, Arnaldo Penna, João Leite, Paulo Piau, Ailton Vilela, Raul Lima Neto, Antônio Genaro, José Henrique, Antônio Andrade, Gilmar Machado, Anivaldo Coelho, Álvaro Antônio, Ermano Batista e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/11/97, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 2º turno da matéria.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 1997.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Militão, Ambrósio Pinto, Antônio Andrade e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/11/97, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.380/97, do Deputado Arnaldo Penna.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.462

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Amaral, Sebastião Navarro Vieira, Antônio Júlio e Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/11/97, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 1997.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Agropecuária e Política Rural e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Antônio Genaro, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Paulo Piau, Elbe Brandão, Roberto Amaral, Olinto Godinho e Maria José Haueisen, membros da Comissão de Agropecuária e Política Rural; Miguel Martini, Mauri Torres, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 5/11/97, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.452/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o programa de fomento ao desenvolvimento das microempresas e das empresas de pequeno porte do Estado de Minas Gerais - Micro-Gerais -, estabelece tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial a elas aplicáveis e dá outras providências.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

312ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 23/10/97

O Deputado João Leite* - Prezados Presidente e demais membros da Mesa; caros Deputados e Deputadas; prezado público presente nas galerias, o que me traz a esta tribuna é a necessidade de deixar pública a minha estranheza diante de certos fatos que vêm ocorrendo na contramão de um momento em que passos importantes têm sido dados, no País, pelos Governos, para garantir os direitos humanos e prevenir e combater suas violações, a exemplo da criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e das inúmeras discussões que subsidiarão a elaboração de planos estaduais de direitos humanos e outras reformas importantes. Aqui mesmo, na Casa, temos tramitando o projeto do Deputado Romeu Queiroz que coloca no currículo escolar o conteúdo Direitos Humanos, para que nossos jovens estudantes tenham acesso a essa discussão.

Depois de um minucioso e exaustivo trabalho, de abril a setembro deste ano, desenvolvido pela CPI para investigar as irregularidades do sistema penitenciário e carcerário do Estado, a qual tive a honra de presidir, se por um lado temos a satisfação de ver tanto a Assembléia Legislativa quanto o Tribunal de Contas e o Ministério Público empenhados em adotar as providências sugeridas no relatório da Comissão, o mesmo não podemos dizer com relação ao Executivo e à equipe de trabalho do Governador.

Enquanto o relatório da CPI propôs o afastamento do Delegado André Luiz da Rocha de suas funções por violação dos direitos humanos e a exoneração, por incúria administrativa, do Diretor do Instituto de Criminalística, Ronaldo Jacques Camargos da Cunha, essas pessoas são agraciadas pelo Governo com promoções e outras honrarias.

O Delegado André Luiz da Rocha foi condenado por torturar, como foi constatado pela CPI, o bancário Sidney Cangussu na Delegacia de Furtos e Roubos em 1995. Sua pena, de dois anos de suspensão condicional, foi transformada em prestação de serviços a entidades assistenciais pelo mesmo período. O Delegado, no entanto, já é condenado em outro processo e responde por pelo menos outra dezena deles, em sua maioria relacionados com maus-tratos, lesões corporais e abuso de autoridade.

Apesar disso, recentemente, esse profissional recebeu uma promoção para o nível 3 de Delegado, em ato assinado pelo Governador Eduardo Azeredo.

Já o Diretor do Instituto de Criminalística, Delegado Ronaldo Jacques Camargos da Cunha, como também foi constatado pela CPI, foi responsável por desmandos que resultaram em graves prejuízos para o laudo pericial do local denominado "igrejinha", no DEOESP, o que provaria sua utilização para a tortura, além de ter mentido diante da Comissão.

Até hoje, o Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não temos a apuração do incêndio ocorrido nos gabinetes dos Deputados Ivair Nogueira, Antônio Júlio e Antônio Genaro. E eu queria trazer diante desta Casa o que nos trouxeram Peritos: neste momento, há todo um esforço desse Diretor para se mudar o laudo que a Assembléia Legislativa recebeu, mostrando que o incêndio foi criminoso. O Instituto de Criminalística tenta, neste momento, mudar o laudo: tentam encontrar um curto-circuito para mudar o laudo final.

O Deputado João Batista de Oliveira (Em aparte) - Meu caro Deputado João Leite, ficamos perplexos com a promoção dada ao Delegado. A CPI está pedindo a exoneração desse Delegado criminoso, autor de crime hediondo, para que ele seja banido do serviço público. Esta Assembléia, por intermédio da CPI, concluiu e comprovou isso, e de repente ele é promovido. Parece até uma afronta a esta Casa. Na gestão do Dr. Ronaldo, o Instituto de Criminalística está se transformando em um instituto de ficção científica. Ele está produzindo peças de ficção no Instituto. Ele rasgou o relatório parcial feito pelas Peritas Erika e Acidália, queimou o filme daquelas fotografias e ainda é agraciado com a Medalha Santos Dumont. Isso é uma afronta ao Poder Legislativo de Minas Gerais. Pessoas que deveriam ser banidas do serviço público são promovidas nas suas carreiras e homenageadas pelo mais alto escalão do Governo do Estado. Eu gostaria de me congratular com V. Exa. e perguntar quais são os critérios da assessoria do Governador, da sua equipe, do próprio Governador e da Polícia Militar, que fazem tudo para arquivar um projeto que concede anistia a trabalhadores que lutaram por melhorias salariais, fazem tudo para excluir e expulsar do serviço público pessoas que reivindicaram salários, enquanto concedem comendas a criminosos, promovendo um Delegado autor de crime hediondo inafiançável. Isso é uma inversão de valores. É muito perigoso para o povo de Minas Gerais, é muito perigoso para o Governo, porque pode levar à interpretação de que ele está conivente e é parceiro das ações desse Delegado, incentivando torturas. Esse é um prêmio para um torturador, logo é um reconhecimento de que a tortura faz parte da escala profissional dos Delegados.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Acompanhamos, caro Deputado João Leite, com muita atenção, seu pronunciamento e vemos com grande tristeza na alma o fato de estarmos assistindo à promoção do Delegado André Luiz da Rocha, de Delegado II para Delegado III. Também é com muita tristeza que vemos o fato de que o Delegado Ronaldo Jacques Camargo esteja sendo agraciado com a Medalha Santos Dumont. Isso caracteriza um desrespeito ao Poder Legislativo, que fez uma CPI com muita seriedade, com grande esforço, e apurou que esses dois senhores têm grande responsabilidade, um no caso de tortura e outro nas peças de ficção científica que são produzidas no Instituto de Criminalística.

Gostaria de crer que o Governador Eduardo Azeredo, que assinou os dois atos e assina tantos e tantos documentos no dia-a-dia da sua função, tenha sido induzido ao erro pelo Secretário da Segurança Pública, que, em última instância, não quer efetivar nenhuma das medidas aprovadas pela CPI. Acho que resta ao Governador cassar as duas promoções ou demonstrar que tem responsabilidade com relação a esses dois absurdos cometidos.

Faço um apelo aos Deputados que receberão a comenda Santos Dumont. Se não houver a revogação da promoção, que Deputado nenhum da Assembléia Legislativa esteja presente à solenidade. O Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz, deve fazer um apelo: caso não haja a revogação, que esta Assembléia, em protesto, em solidariedade ao trabalho da CPI e às vítimas desses dois senhores, não esteja presente em Santos Dumont para receber a comenda.

Aproveito para dizer que o Secretário Tarcísio Henriques - Secretário, digamos lá, da Justiça do Estado de Minas Gerais - entrou com representação contra nós no Ministério Público e vem promovendo pressões nos jornais, principalmente sobre jornalistas - o que vai ser objeto de intervenção futura nossa - quanto ao noticiário em relação à pífia representação que entrou contra nós no Ministério Público. É também lamentável porque é Deputado e deveria zelar mais pelo Poder Legislativo e colocar em prática as medidas sugeridas por este Poder.

O Deputado João Leite - Agradeço aos Deputados pelos apartes e gostaria de encerrar, Sr. Presidente, dizendo da nossa estranheza.

Ao mesmo tempo em que o Governo orienta sua base na Assembléia Legislativa a arquivar o projeto de lei que garantiria anistia aos praças da Polícia Militar por atos praticados durante as manifestações por melhores salários, permitindo, assim, que os abusos e os atos de maior gravidade tragam consequências administrativas para seus autores, decide agraciá-los com a Medalha Santos Dumont, um mérito de grande porte, exatamente o Delegado que tentou impedir que a CPI tivesse acesso à verdade. Será que a equipe do Governador não consegue ver gravidade nos atos de responsabilidade desse Diretor apurados pela CPI?

Os discursos e a prática não podem continuar afastados por profundos abismos como tem sido comum observarmos.

Precisamos de um novo sentimento em Minas.

Aproveito ainda a oportunidade para pedir aos colegas Deputados apoio para a aprovação do projeto do Presidente, Romeu Queiroz, que trata da introdução da matéria Direitos Humanos nas diversas disciplinas dos currículos escolares do Estado e para o projeto da CPI que transforma a Secretaria da Justiça em Secretaria de Direitos Humanos, além de criar a Superintendência de Direitos Humanos, que será responsável pela implementação do Programa Estadual de Direitos Humanos, tema que estaremos discutindo na Assembléia Legislativa no primeiro semestre do próximo ano para reunir sugestões. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Exmos. Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, senhores da imprensa, antes de entrar no assunto que motivou minha vinda a esta tribuna, quero responder publicamente uma pergunta que me foi dirigida por algumas pessoas importantes, amigas: se o discurso que fiz

ontem estava relacionado ao fato de haver este Deputado perdido a Presidência da Comissão de Meio Ambiente. Minha resposta é clara: absolutamente, não tem nada que ver uma coisa com a outra. A denúncia que fiz trata da injustiça que se está impondo à população do Brasil, que vê, neste limiar do ano 2000, do século XXI, a oportunidade de experimentar uma era iluminada, em que todos, com as mais diversas vertentes de pensamento, terão a oportunidade de expor o seu ponto de vista.

No momento, temos a oportunidade de ver segmentos da sociedade que gostariam de se expressar publicamente, como os segmentos religiosos - sim, somos um País cristão -, as categorias, os sindicatos. Deveriam todos ter liberdade. A rádio comunitária dá a todo cidadão a oportunidade de se comunicar e, evidentemente, contribuir com todos, com aquilo que sabe, e policiar outros por aquilo que ouve e pode combater, se vê agora, por causa, sem dúvida, ou de um compromisso mancomunado com os proprietários das rádios chamadas livres ou, ainda, por ignorância. Porque Jesus, certa feita, disse aos fariseus e aos juizes da época: "Errais por não conhecerdes as Escrituras e nem o poder de Deus". Por não conhecer ou por desconhecer, talvez, o princípio básico de uma nação sadia, democrática, livre, que prospera, que progride, e onde é o pensamento livre. A palavra, porque a palavra tem o poder de construir e de destruir, se ela é exposta com liberdade, se vê agora obrigada a fechar emissoras de rádios comunitárias usadas. Já no seu nascimento, os segmentos sérios, como, por exemplo, o segmento evangélico, denunciado numa pergunta pelo companheiro de partido, o nobre colega José Braga.

Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, estaremos ainda nessa batalha. Se necessário for, estaremos unindo um grupo de homens conscientes em defesa das rádios comunitárias, da liberdade de expressão no nosso País, porque fechar essas emissoras é fechar a porta para o progresso, para a liberdade. Fechar essas emissoras é fechar a porta até para o orgulho brasileiro lá fora, porque isso é uma demonstração de despotismo, de extremismo, de privação da liberdade, porque o que liberta o homem é a palavra, é a verdade. Essa autoridade federal, cujo nome eu procurei saber - e já me foi dado, mas me esqueci pois não guardo muito bem os nomes - está cometendo, mesmo sem saber, um pecado grave contra a liberdade do povo brasileiro. Tanto assim que a Carta de Costa Rica, da qual o Brasil é signatário, e a Carta das Nações dizem que a difusão de qualquer rádio de até 25W será livre neste País.

Srs. Deputados, comecei respondendo a uma pergunta...

O Deputado Ivo José (Em aparte) - Gostaria de cumprimentá-lo por trazer ao debate o assunto relativo às rádios comunitárias, neste Plenário. Creio já estarmos um pouco atrasados no que tange a esse debate no nosso Estado, no nosso País. Sabemos que os países da América Latina, do Caribe, estão atrasados na discussão da democratização dos meios de comunicação, das comunicações alternativas e, também, das rádios comunitárias. Sabemos que é muito importante termos critérios, regulamentações para utilizar a grande camada de frequência de rádios e colocá-las à disposição das pequenas comunidades, das instituições, das populações que precisam crescer em condições de igualdade.

Parabenizando-o pelo seu pronunciamento, gostaríamos de dizer que temos visto, com grande satisfação, a discussão desse assunto no seio da sociedade. Temos a Associação Mineira de Rádios Comunitárias aqui, em Minas Gerais, com sede na Av. Álvares Cabral, nº 400, que realizou, nos dias 11 e 12 de outubro, o segundo encontro das rádios comunitárias. Acontecerá no próximo sábado, no SINTEL, sito na Avenida Amazonas, na sede do Sindicato dos Telefônicos, às 9h30min, a primeira assembléia para eleger a entidade das TVs comunitárias em Minas Gerais.

Para concluir, gostaria de aproveitar a oportunidade, Deputado Raul Lima Neto, para trazer a informação de que, neste momento, está acontecendo um encontro no BDMG, com o Vice-Governador, Walfrido dos Mares Guia, com os Prefeitos do Leste mineiro, do Vale do Aço, do vale do rio Doce e do vale do Mucuri com o objetivo de discutir uma obra de suma importância, que é a duplicação da nossa rodovia, de Belo Horizonte ao vale do rio Doce, para integrar esse eixo importante do nosso Estado ao grande centro de Belo Horizonte, a São Paulo, ao MERCOSUL. Gostaria de trazer essa informação, neste momento, e convidar os Deputados a comparecer ao BDMG para, posteriormente, darmos seqüência ao debate que estamos fazendo, nesta Casa e na região, sobre a duplicação da BR-381 e da BR-262, de Belo Horizonte a Governador Valadares, a fim de não isolarmos, cada vez mais, essa região importante para o desenvolvimento do Estado. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Eu agradeço a participação do Deputado Ivo José. Deputado, gostaria de fazer coro com toda iniciativa, com toda associação em defesa da liberdade de expressão das rádios comunitárias. O Brasil está atrás desse despertar que acontece agora em nossa Nação. Sem dúvida, vai trazer um avivamento espiritual muito grande a todas as cidades, a todas as regiões, e eu diria a todos os Estados. O Brasil inteiro precisa experimentar isso, a liberdade da comunicação, e acabar com o monopólio absoluto dos proprietários das emissoras de rádio chamadas livres, porque isso é um prejuízo muito grande para toda a Nação brasileira.

Nesses 3 minutos apenas que me restam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque não é este o momento ainda, eu quero me dirigir a todos os ambientalistas do Estado de Minas Gerais, aqueles com quem tive a oportunidade de estar na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Ontem, este Deputado, evidentemente contra a sua vontade - prevaleceu a vontade daqueles que não queriam este Deputado na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente -, numa decisão política, normal, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, passou a presidência ao nobre Deputado Irani Barbosa.

Quero dizer a todos os companheiros ambientalistas que eu sou ambientalista por convicção filosófica e fê, porque a Bíblia é ambientalista. E sei que a natureza não somente retribui, mas também vinga. Não podemos continuar com o descaso que temos tido para com aquela que nos demonstra amor, porque é uma obra de Deus, e Deus não faz nada morto, ele faz as coisas vivas. É certo que os rios são vivos, que as matas são vivas. Não podemos continuar com o desmatamento, como vem acontecendo, com a destruição dos nossos cerrados, onde se encontram, prestem atenção, 2/3 das águas do nosso País. Deve haver fiscalização - e este Deputado propôs e comentará no momento exato sobre projetos seus em relação aos quais esta Casa, sem dúvida, cumpriu o seu ministério e a sua vocação para legislar. Legislar sobre projetos como desta Comissão de Meio Ambiente e deste Deputado, que originaram o Código da Pesca, que preserva o nosso rio Pandeiros, o único rio berçário da bacia do São Francisco, além de outras iniciativas que temos no meio ambiente, assim como o projeto que proíbe a destruição dos cerrados para fins de carvoejamento, porque, se tirarmos aquelas matas tortas e suas raízes, nós desequilibraremos o sistema. As águas descem para os rios, causam os alagamentos, causam uma espécie de hemorragia neste planeta. E cumprir-se-ão as profecias daqueles que não confiam no homem, de que o problema da terra será a água, em menos de uma década.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Deputado que assumiu essa tão importante presidência saiba que terá este Deputado como colaborador, para ajudá-lo e para estar ali também, com sugestões e críticas, mas, principalmente, com sugestões, para que se faça melhor do que eu proponho. Muito obrigado.

313ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 28/10/97

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, recentemente esta Casa acompanhou a CPI que apurou irregularidades no sistema carcerário de Minas Gerais. O relatório constatou que as duas Secretarias, tanto a de Justiça quanto a de Segurança Pública, são omissas e coniventes com o caos que se encontra instalado no sistema carcerário de Minas Gerais. A Secretaria de Justiça, tendo sob sua guarda cerca de 3 mil presos, é omissa. Mesmo que o Secretário Tarcísio Henriques queira processar este Deputado, isso não muda em hipótese alguma as irregularidades que constatamos, as omissões daquele senhor, que faria um bem maior ao setor público de Minas Gerais se estivesse aqui, como Deputado, e não lá, como Secretário. Por isso, solicitamos, reiteramos e insistimos em sua exoneração do cargo de Secretário de Justiça.

Foi na Secretaria de Segurança Pública que as irregularidades se mostraram de forma mais aguda, tendo mais de 10 mil presos sob sua guarda. Constatamos uma verdadeira falta de comando. O Secretário Santos Moreira mostrou-se omissos, permitindo tantas e tantas denúncias de corrupção e de superfaturamento, conforme constam nos autos da CPI. Vimos, mesmo ao final da CPI, que esse quadro não se modificou, mostrando a necessidade urgente de o Governador exonerar aquele Secretário. As constantes fugas na Dutra Ladeira envergonham quem pensa com seriedade o poder público em Minas Gerais.

Minhas senhoras e meus senhores, o que mais nos agride é que, de lá, só fogem os grandes traficantes, seqüestradores e assassantes. Infelizmente, presos comuns, que não têm poder aquisitivo, não são "contemplados" com as sucessivas fugas. Depois do término da CPI, no dia 10 de setembro, três fugas aconteceram na Dutra Ladeira. Alguma coisa está errada, não funciona direito. Será que só o Governador de Minas Gerais ainda não compreendeu que tem, naquela Secretaria, um Secretário que, no mínimo, poderia ser chamado de omissos?

Não satisfeitos de ver a ineficiência desse Secretário na questão do sistema prisional, trazemos mais uma denúncia, essa com decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que hoje reconhece que a fábrica Montese, da Polícia Civil, imposta pelo Sr. Santos Moreira como a única para deter o monopólio de fabricação de placas no Estado, sonega ICMS, impostos federais, viola os princípios constitucionais da livre concorrência e da restrição do Estado como empresa, além de ser suspeita de desvio de recursos. São apenas alguns detalhes do quadro da Montese no Estado de Minas Gerais.

Os próprios fabricantes de placas, no ano passado, nesta Casa, afirmaram que teriam condições de produzir uma placa pelo valor médio de R\$12,00, enquanto a Montese está produzindo suas placas pelo valor de R\$35,17. Alguma coisa está acontecendo. São R\$10,00 a mais no bolso do contribuinte, no bolso daquele que, a duras penas, consegue manter o seu veículo. Mas, há um dado no processo mais estarrecedor ainda: uma empresa chamada Casa Verre Indústria e Comércio Ltda. foi vencedora da Concorrência nº 001/96, da Secretaria, para fornecer placas de moto a R\$2,75 e placas de carro a R\$5,78. Pasmem os senhores, o Secretário, mesmo adquirindo as placas por esse preço, continua repassando-as ao contribuinte pelo valor de R\$35,17. Isso é um verdadeiro atentado contra a economia popular, um verdadeiro atentado contra o Código do Consumidor, que está sendo ferido nesse superfaturamento. Mas a indústria de placas é usada como justificativa para que a Secretaria de Segurança Pública possa ter condições de equipar a polícia, de equipar o Instituto de Criminalística, de adquirir veículos e outros bens necessários ao funcionamento daquela Secretaria. Inclusive, esse já foi o argumento usado na Comissão de Administração Pública desta Casa pelo Secretário Santos Moreira. O "Estado de Minas" denunciou, com base em ação popular, que essa compra feita pela Secretaria está tendo indícios de superfaturamento. Assim diz a matéria: "A questão vem sendo discutida em ação popular impetrada na 5ª Vara Pública de Fazenda, no Fórum Lafayette. No Processo nº 02496051213-5, um impresso da Secretaria de Segurança, denominado Plano de Aplicação, do mês de abril deste ano, sugere as seguintes aplicações de recursos: duas furadeiras manuais, ao preço unitário de R\$700,00; 40 motos Honda 125, ao preço unitário de R\$3.500,00; 200 viaturas pequenas - Unos, Elbas ou Gols -, ao preço unitário de R\$25.000,00". E assim conclui a matéria: "Com base no preço atual de mercado, ficou constatado que há superfaturamento nos valores do impresso daquela Secretaria." Como se pode comprar um carro de pequeno porte, aqui indicado como Unos, Elbas ou Gols, no valor de R\$25.000,00? E também motos 125 cilindradas, no valor de R\$3.500,00? E em grande quantidade, o que implicaria barateamento, queda de preço. Então, minhas senhoras e meus senhores, é hora de dar um basta nessa situação. A Secretaria de Segurança Pública não pode ter essa autonomia para decidir sobre recursos. Está na hora também de se fazer cumprir a decisão do Tribunal de Justiça para que o mercado de placas não fique no monopólio da Secretaria, que seja aberto para a iniciativa privada do Estado. A forma como essa questão está sendo gerida é vergonhosa. Exige-se uma posição deste Poder Legislativo, exige-se uma posição das Lideranças de Governo que aqui estão, exige-se punição daqueles que, como Secretário, usam sem critério recursos públicos, impondo à frente da Secretaria, uma verdadeira ditadura. É lamentável que Minas assista a isso, assista a um discurso hipócrita do Governo, de moralidade, de seriedade com a segurança pública. Infelizmente, é esse o quadro que temos, hoje, na insegurança pública de cada dia dos cidadãos de Minas Gerais.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, imprensa, ocupo esta tribuna nesta tarde para abordar um assunto que tem sido notícia nos últimos dias, em especial de ontem para hoje. Desde a semana passada já vinham ocorrendo problemas nas Bolsas, principalmente nas asiáticas, com repercussão tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e, conseqüentemente, no Brasil. E ontem acontece o colapso das Bolsas, especialmente a crise da Bolsa de Nova York, o que leva a um problema generalizado e que afeta o Brasil. Vimos hoje de manhã, novamente, a Bolsa de Hong Kong fechando com déficit extremamente elevado, e as Bolsas da Alemanha suspendendo os seus pregões. No Brasil, vimos a mesma coisa ocorrendo. O leilão da Bolsa de São Paulo está paralisado em virtude de uma queda que já é de 12%.

Nós já vínhamos alertando para esse processo da queda das Bolsas. O Brasil tem feito uma aposta na especulação. Os países asiáticos fizeram uma aposta na especulação. Estamos assistindo hoje ao resultado disso. A especulação leva a quê? Estamos assistindo agora a uma quebradeira nesses países, os famosos tigres asiáticos. E vamos assistir em breve à repercussão disso no Brasil.

Queremos fazer aqui um alerta. No México, essa especulação na Bolsa levou a uma quebradeira generalizada, e agora vemos que o Brasil começa a caminhar para esse processo. Precisamos discutir isso. Precisamos ter uma alteração, porque não podemos mais continuar assistindo passivamente a essa aposta na especulação, a essa tentativa de manter como única âncora cambial a paridade entre dólar e real. Há necessidade de uma modificação nessa política, sem a qual teremos problemas sérios. O nosso parque industrial já está sofrendo com isso, e vamos assistir a uma quebradeira muito maior, não só do sistema financeiro, mas também das atividades econômicas do nosso País.

Sabemos que agora, na hora do almoço, o Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, vai fazer um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão para tentar acalmar a situação, e que ele já está estudando medidas para modificar a forma de funcionamento das Bolsas e, ao mesmo tempo, propor uma ação do Banco Mundial para socorrer os países do Sudeste Asiático, porque, sem isso, a economia americana vai perder. Se os Estados Unidos, que têm um PIB muito maior que o nosso e uma taxa de juros muito menor, já estão preocupados, fico pensando em como ficaria o Brasil. Mas aí vem o Presidente, o nosso filósofo, o nosso príncipe, dizendo que aqui estamos fora. O Brasil é uma ilha. A globalização existe em alguns aspectos, mas nesse aspecto a globalização não nos atinge. É um equívoco, é um erro.

Queremos fazer aqui um alerta. Não podemos continuar assistindo a isso passivamente. Entendemos que é preciso haver uma tomada de posição. Em segundo lugar, precisamos suspender, neste momento de crise e de indefinição das Bolsas, todos os processos de privatização, porque as empresas não são deste Governo. Quero falar especialmente de Minas Gerais, porque aqui não tenho como falar em nível nacional. Mas posso sugerir ao Governo de Minas que pare o processo de privatização, porque, se esta acontecer neste momento, será prejuízo para a nossa economia, já que as principais ações que caíram foram as da TELEBRÁS, e todas as centrais elétricas tiveram redução.

Tenho aqui matéria que saiu ontem nos jornais, falando principalmente sobre o setor elétrico, quais foram os ágios, quais foram os balanços das privatizações que já tivemos e o que vem pela frente. Aí observamos, nos dados do setor elétrico, os prejuízos que já tivemos. Vamos ver só o exemplo do setor elétrico, e depois, num outro momento, falarei sobre os demais setores.

A CEMIG foi vendida com ágio zero, e é uma empresa extremamente lucrativa, muito mais que todas as companhias do setor elétrico do País. Vimos que a CEMIG foi vendida, com ágio zero, por R\$1.100.000.000,00. Foram vendidos 14% das ações da empresa, o que correspondeu a 33% do capital votante. A Excelsa, do Espírito Santo, foi vendida por mais de R\$397.000.000,00, com ágio de 11,78%, e é uma empresa que dava prejuízo. A Light, do Rio de Janeiro, que dava prejuízo, foi vendida por R\$2.217.000.000,00. Lá também aconteceu o que ocorreu aqui na CEMIG: o ágio foi zero, houve perda. Quando venderam a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro, conseguiram um ágio de 30,27%. A Companhia de Eletricidade da Bahia, que dava prejuízo, foi vendida com ágio de 77,38%. A Companhia de Cachoeira Dourada foi privatizada com um ágio de 43,49%. A Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, foi vendida com um ágio de 82,62%.

Pergunto: por que Minas Gerais vendeu ações da CEMIG com ágio zero? É incompetência deste Governo, é prejuízo para nós, e é exatamente essa a questão que queremos levantar.

O Deputado Anderson Aduato (Em aparte)* - Não cheguei a pedir aparte, mas acredito que, além dos Deputados do PT, tenha sido o único que, no momento da venda das ações da CEMIG, fez algumas colocações sobre o absurdo que estava acontecendo. Nada como o tempo. Ele é o senhor absoluto da razão, cuida de colocar tudo nos seus devidos lugares.

Preocupa-me muito, ao prestar atenção nos dados, nos índices que aconteceram na venda das outras companhias, com relação ao ágio que aconteceu lá e não aconteceu aqui, que dá margem para podermos começar a acreditar em alguns boatos que vimos percorrendo as grandes rodas. Quando assumi a condição de ir contra a venda da CEMIG, algumas pessoas que estavam acompanhando mais de perto procuraram-me para dizer que o que estava sendo feito era exatamente porque havia alguma coisa obscura em torno. Recebi algumas denúncias nesse sentido. Naquele momento, não acreditei, mas hoje percebemos a venda de outras companhias e as condições dessas vendas, todas com ágio. Acho que o caso de Minas Gerais está igual ao da parada de 7 de setembro, em que a mãe viu o filho andando de forma diferente de todos os outros e disse: meu filho é o único que está certo.

Não poderemos esquecer essa questão, vamos ter que estar sempre ocupando esta tribuna para mostrar aos mineiros o prejuízo que tiveram com a venda da CEMIG.

O Deputado Gilmar Machado* - Só um dado: para o Governo do Rio Grande do Sul, que é do PMDB, o preço da empresa era de R\$1.635.000.000,00; eles conseguiram vender por R\$2.985.087.000,00. Isso é para vermos a diferença. E a empresa de lá é muito menos lucrativa do que a CEMIG. Isso é só um exemplo, poderíamos citar outros.

Queremos fazer esse alerta e, acima de tudo, abordar uma outra questão: o Governador Eduardo Azeredo aproveitou, ontem, o programa eleitoral gratuito do PSDB para lançar sua campanha à reeleição. Achamos justo, natural que assim faça e queremos abordar três aspectos por ele mencionados no programa eleitoral.

Primeiro: educação; debateremos posteriormente qual é o programa real de Minas nesse aspecto. Por que a repetência, em Minas, está acabando? Porque se criou o ciclo básico de 1ª a 4ª série, e as crianças não se submetem a provas, portanto já não existe mais repetência. Nos quatro primeiros anos, não existe repetência. Dessa forma, não poderemos avaliar a qualidade do ensino que está sendo ministrado. Esta é uma das discussões que queremos travar. Um empréstimo está sendo feito, de mais de R\$300.000.000,00, com o Banco Mundial, com o intuito de comprar televisão, antena parabólica e uma série de coisas. Tenho ido a algumas cidades onde as Diretoras têm-me dito que as coisas estão chegando, mas em certas localidades só falta uma coisa: eletricidade. Quando a luz elétrica chegar a esses locais, poderão utilizar a televisão, o vídeo, etc. Por quê? Porque são comprados computadores, equipamentos americanos, de forma que o dinheiro não chega aqui, já fica lá. Estamos pagando consultores a mais de R\$6.000,00 por mês, para que os técnicos dos Bancos venham dar cursos e preparar as provas de avaliação, que, depois, são corrigidas pelos professores de Minas Gerais, que não recebem um tostão por isso. Mas esses técnicos continuam recebendo pró-labores extremamente elevados. Esse debate, gostaria de tê-lo visto no programa, mas vamos fazê-lo posteriormente.

O segundo aspecto refere-se à geração de empregos. Os dados apontam para Minas, que apresenta um alto índice de desemprego. A região metropolitana, a cidade de Uberlândia,

que é uma das que mais cresciam no Estado, apresentam, hoje, alto índice de desemprego. Além disso, as isenções que Minas concedeu mostram que poderíamos estar gerando o triplo de empregos que são gerados hoje se tivéssemos uma política fiscal melhor no Estado.

O terceiro aspecto abordado é a questão da Lei Robin Hood. Como a lei já previa, teremos uma reavaliação, no ano que vem, dos problemas. Concordo com a redistribuição, mas precisamos observar os equívocos que estão sendo cometidos e a utilização de critérios que não são corretos.

Gostaria de ver o Governador falar sobre a saúde. Os médicos mineiros levantaram a voz para dizer que chega de roleta russa, chega de escolher quem vai morrer primeiro, quem vai morrer depois. A saúde encontra-se arrebatada. Está um caos. E vimos que os médicos mineiros entraram na justiça, tentando processar o Presidente da República e o Ministro da Saúde. Por que isso não apareceu no programa? Seria interessante que o Governador falasse sobre o problema.

E, para encerrar, tenho a dizer que temos um governo de propaganda, que aparece na televisão e nos jornais, mas não no concreto, no real. Queríamos, inclusive, dizer ao "Estado de Minas", ao "Diário do Comércio", ao "Hoje em Dia", ao "O Tempo" que o Governador de Minas não confia nos jornais mineiros. O Governador Hélio Garcia, quer dizer, Azeredo mandou publicar uma revista de 42 páginas, no dia 12/10/97, no "Jornal do Brasil", pagando para jornais de fora fazerem publicidade do Governo. Queremos saber quanto isso custa. O Governo não acredita nos jornais mineiros, confia apenas nos jornais de fora.

O Deputado Anderson Aducci (Em aparte)* - Deputado, acredito que o Governador Eduardo Azeredo tem, realmente, que fazer propaganda de seu nome fora do Estado, porque, se V. Exa., que é Deputado desta Casa, trocou o seu nome, não está sabendo quem é o atual Governador de Minas. Nesse caso, ele tem razão em fazer um trabalho através dos veículos de comunicação de outros Estados, para melhor divulgar seu nome e se firmar como Governador de Minas.

O Deputado Gilmar Machado* - Está certo, Deputado. Este é o grande problema. Como em Minas Gerais realmente não há nada, ele prefere ir lá para fora tentar enganar as pessoas, já que os mineiros não se enganam. Vamos entrar com requerimento para saber quanto o Governo está gastando com essas publicidades.

A Deputada Maria José Hauelsen (Em aparte) - Concordo que ele teria que fazer propaganda fora de Minas Gerais, porque aqui ninguém acredita mais. Nos dois últimos fins de semana, eu andei por cerca de 12 cidades do interior, onde discutimos o problema da educação, sobretudo a municipalização. A indignação dos professores e diretores é incrível. A reclamação é muita, pois sabemos que a merenda escolar tão falada e cantada é de R\$0,13 por dia, por aluno, e que este aluno custa ao Estado R\$0,94 por dia. E o Estado faz propaganda de educação de qualidade. Então, ele tem que falar em qualidade fora daqui, porque senão fica um pinóquio com um nariz maior do que aquele que conhecemos. O problema é esse.

O Deputado Gilmar Machado* - Voltaremos para falar sobre o que o Governador não citou do funcionalismo público no programa. Porque não há política para o funcionalismo. Ele arrocha e arrebatou os servidores públicos. É o inimigo número um que o Governador tem. Não merecia isso no seu dia. Parabéns a todos os funcionários. Só que o Governo de Minas, infelizmente, é o seu inimigo. É o primeiro governo que realmente escolhe os servidores públicos como adversários, o que é um grande erro e um prejuízo para todos os mineiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Baldonelo Napoleão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras das galerias, morreu e foi enterrado nesse fim de semana, no Rio de Janeiro, um grande brasileiro, o ex-Ministro Hélio Beltrão.

Gostaria, aqui da tribuna, de justificar o requerimento que passo à Mesa, para que submeta ao Plenário o encaminhamento de um voto de pesar à família pela seguinte razão: o Ministro Hélio Beltrão marcou sua passagem pela administração pública brasileira em diversos postos que ocupou. Mas, sem dúvida nenhuma, na administração pública foi expressiva a sua passagem. E queria comentar o porquê disso. Pelo meu conhecimento, ele foi o primeiro homem público que trouxe para discussão no País a questão da necessidade de simplificar, racionalizar e moralizar a administração pública, o que ele chamou, na época, de desburocratizar a administração pública. Ele propôs a criação do Ministério da Desburocratização, o que foi feito. Ele foi o seu Ministro e deu uma contribuição muito grande.

A despeito disso, gostaria de comentar que, na primeira metade deste século, viveu na Alemanha um homem muito inteligente, que foi Max Weber. Era sociólogo e deu uma contribuição expressiva à Sociologia, à Psicologia Social, à Ciência Política e, também, à Administração. Sua contribuição foi a criação do modelo de organização perfeita, que, segundo ele, deveria se basear em normas, na impessoalidade, no conhecimento intenso, profundo e completo de todas as atividades da organização. O sucesso do seu trabalho, da sua concepção de uma organização perfeita foi tão grande que, pelo mundo afora, além das fronteiras da filosofia política, dos regimes políticos e dos sistemas econômicos, as idéias de Weber tiveram um campo fértil para as respostas das nascentes indústrias na Europa e nos Estados Unidos, com o objetivo de racionalizar as empresas, aumentar a produção, baixar os custos, aumentar a produtividade, profissionalizar a atividade empresarial.

Foi tão grande o sucesso das idéias de Weber que o limite da administração empresarial foi superado e os governos, de ponta a ponta, inclusive no Oriente, com culturas diferentes, aplicaram suas idéias na busca de uma organização perfeita, que nunca existiu, não existe e jamais existirá.

No entanto, esse entusiasmo levou a administração pública, principalmente, e até as empresas a cometerem excessos na aplicação das idéias de Weber. O excesso de normas, o excesso de rigidez nos procedimentos administrativos, a impessoalidade na administração levaram à desumanização e ao surgimento de verdadeiros monstros, o que Weber jamais quis.

A diferença conceitual de suas idéias são as seguintes: ele não quis dar a receita de administração nem para empresas, nem para nenhum governo. O que ele quis, como homem de ciência, pesquisador e sociólogo, foi definir um modelo, um perfil, o traçado de uma organização perfeita, ideal e pura, e que como eu disse, nunca existiu, nem vai existir. Por incrível que pareça, ele deu o nome a essa organização perfeita de burocracia. Mas foi tão grande o excesso, foi tão grande o exagero na aplicação das suas idéias que a imprensa e a própria sociedade passaram a usar o termo "burocracia" como sinônimo do contrário do que Max Weber queria. Democracia passou a ser sinônimo de emperramento, de falta de respeito ao cidadão, de filas intermináveis, de inversão de valores, de atraso, de irresponsabilidades e de impunidade.

Portanto, pelo mundo afora encontramos até hoje - e acho que vamos encontrar por muito tempo - essa questão absurda, que é a falta de profissionalismo na administração, a falta de respeito ao cidadão e à sociedade, principalmente no que diz respeito à administração pública.

E esse grande brasileiro, inteligente acima de tudo, grande patriota - Hélio Beltrão - deu essa contribuição marcante: propôs a criação e foi o primeiro Ministro do Ministério da Desburocratização, que hoje está extinto. Foi ele quem levantou, pela primeira vez, questões muito importantes que afligem a população, que sacrificam o povo e causam os maiores transtornos, que emperram a administração e desmoralizam o governo, a instituição governamental, dificultando o planejamento e o controle da aplicação dos recursos públicos, que são exatamente esses vícios, esses exageros, com excesso de normas, com a falta de compromisso entre a norma e o objetivo máximo, que é o bem-estar da sociedade.

Hélio Beltrão, por exemplo, disse que o cidadão não mora na União, nem no Estado; mora no município. Ele, que foi um grande municipalista, quis, com isso, provocar debate sobre a questão: como o cidadão mora no município e não ter ali fácil acesso à solução dos seus problemas?

Até hoje, no Brasil, vivemos às turras com essa divisão de competências nos três níveis de governo. Nós, brasileiros, latinos, entusiasmados com a política, temos uma cultura marcada pelo centralismo na administração e na política, pela presença do rei ou do imperador e achamos que a solução fica em Brasília.

Nós que, às vezes, saímos do município conhecendo a problemática local e municipal e passamos pelo Estado, quando chegamos a Brasília, viramos tecnocratas e queremos administrar a saúde, a educação, o meio ambiente, a sociedade, principalmente, porque, aproximadamente, 70% dos recursos públicos arrecadados no País, provenientes dos tributos, estão nas mãos do Governo Federal. Porque tem muito dinheiro, ele quer administrar, de Brasília, a vida do cidadão.

Num gigantesco país, continental, como é o Brasil, o que acontece é isso: desrespeito à idéia de Hélio Beltrão, de que o cidadão mora no município. É lá que a administração pública deve estar preparada, presente, aberta, pronta para atender às necessidades básicas da população. Se o Brasil, principalmente a Constituinte, não tivesse abandonado as idéias de Hélio Beltrão, numa hora dessas, a municipalização da saúde, que é uma grande idéia, de difícil implantação, já teria resolvido essa verdadeira vergonha e desgraça nacional, que é a saúde pública. Se não tivesse abandonado as idéias de Hélio Beltrão, a Constituinte teria, de fato, criado condições para que a educação, a segurança, a defesa da ecologia e do meio ambiente fossem municipalizadas.

O Deputado Marco Régis (Em aparte) - Não tive a felicidade de ouvi-lo em suas palavras iniciais, mas quero servir-me do momento para parabenizá-lo no que tange às palavras que V. Exa. dedica ao ex-Ministro Hélio Beltrão, sepultado ontem no Rio de Janeiro. Como V. Exa., nós também queremos nos associar a esse momento de pesar pela morte do ex-Ministro. Devemos ter grandeza de espírito para reconhecer que Hélio Beltrão, embora tenha servido aos governos militares, foi um homem do diálogo, afável, que realmente se preocupou com o cidadão, não só quando Ministro da Previdência Social, mas, também, como Ministro da Desburocratização. Segundo ele o principal é acreditar no cidadão até prova em contrário. Acho isso grandioso.

Por isso, queremos manifestar, também, como membro do PPS, o nosso voto de pesar pelo passamento de Hélio Beltrão e parabenizá-lo, Deputado Baldonado Napoleão, pela sua fala. Muito obrigado.

O Deputado Baldonado Napoleão - Eu é que agradeço.

Mas quero ainda comentar uma outra frase de Hélio Beltrão que marcou muito a minha prática política e como administrador público. Foi ele que disse, Deputado, o seguinte: "Até que se prove o contrário, todos são desonestos perante a administração pública." Existe um pressuposto absurdo, ilógico, irracional, de que o cidadão é desonesto quando pede alguma coisa, quando se dirige à administração pública. Por isso, a administração pública não acredita na sua palavra nem na sua assinatura e, muitas vezes, nem nos seus documentos. Por isso, eles precisam ser carimbados em diversas instâncias, alimentando, assim, a indústria dos carimbos, a indústria da desconfiança do cidadão.

Então, quero perguntar: até que ponto vamos caminhar rapidamente no Brasil - um País com essa dimensão, com perspectivas de desenvolvimento, com uma das maiores economias do mundo, um dos maiores mercados do mundo -, para atingir níveis fantásticos de desenvolvimento, fazendo a integração do País rico com o pobre?

Até que ponto iremos caminhar, sem sair da retórica, do discurso, para praticar essa coisa fundamental, que é fazer a administração pública trabalhar para o cidadão? Precisamos sensibilizar a administração pública para questões verdadeiras, sem filosofismos, sem partidarismos, mas com a certeza de que, também na administração pública, é preciso haver compromisso com a ciência. Ninguém admite, por exemplo, ir para uma mesa de cirurgia, para se submeter a uma intervenção feita por um amador, por uma pessoa que não seja habilitada, um médico-cirurgião. No entanto, entregamos as nossas questões fundamentais de educação, segurança, etc., a amadores. Até quando vamos aceitar que um País como o Brasil possa conviver com o amadorismo na administração ou continuar convivendo com a administração baseada em pressupostos como esse de que "até prova em contrário, o cidadão é desonesto" e alguém precisa reconhecer sua firma, dar uma declaração, e assim por diante?

Não querendo me alongar mais, quero dizer que, com a morte de Hélio Beltrão, o Brasil sepulta um grande homem, um homem inteligente. Ele serviu ao governo militar, mas, se tivesse servido a um governo civil, democrático, teria sido brilhante da mesma maneira, patriota e, acima de tudo, comprometido com a modernização do País. Acho que a grande mensagem que ele quis dar a este grande e maravilhoso País, totalmente viável, foi esta: "Não há desenvolvimento sem governo competente. Não há desenvolvimento - que é um conceito de qualidade - com amadorismo, que é sinônimo e parceiro da corrupção, da impunidade e da falta de compromisso com a solução dos problemas do povo."

Assim, solicito ao Plenário que aprove esse requerimento, para que a Assembléia de Minas manifeste o seu pesar à família de Hélio Beltrão, pelo seu falecimento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/10/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.160, de 1995, e 1.339, de 1996, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando, a partir de 4/11/97, Nestor Vidal do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Elisângela Pessoa Fernandes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Ermano Batista

exonerando Maria Eliana Pio Cassemiro Vitor do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Pio Wilson Sant'Anna Guedes para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 3/11/97, Grace Kelly Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Wilson Trópia, Vice-Líder do Bloco Liberal;

exonerando Ronaldo César Santana do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01;

nomeando Maria Eliana Pio Cassemiro Vitor para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01.

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultados de Julgamento de Licitação

Convite nº 113/97 - Objeto: materiais de telefonia - Licitantes vencedoras: Telecon Ltda. (subitens 1.4 a 1.13) e Odete de Souza Oliveira (subitens 1.1 a 1.3 e 1.14) - Desclassificadas: Master Telecomunicações Ltda. (todos os subitens), Sistema Telecomunicações e Comércio Ltda. e Telecon Ltda. (subitens 1.2 e 1.3). Convite nº 109/97 - Objeto: materiais hidráulicos - Licitantes vencedoras: Casa Ferreira Gonçalves Ltda. (subitens 1.4, 1.7, 1.18, 1.25, 1.32 a 1.34, 1.43, 1.53, 1.55 a 1.57, 1.65 e 1.73), Tactem Comercial Ltda. (subitens 1.27 e 1.58), Depósito Frei Leopoldo Ltda. (1.9 a 1.13, 1.15, 1.16, 1.19, 1.21, 1.28, 1.30, 1.38, 1.51, 1.52, 1.54, 1.59, 1.60, 1.63, 1.64, 1.72, 1.74, a 1.80, 1.86, 1.88, 1.90, 1.92, 1.93 e 1.95), Racciere Comércio e Representações Ltda. (subitens 1.26, 1.29, 1.31, 1.82, 1.83 e 1.94), SM Materiais de Construção Ltda. (subitens 1.1 a 1.3, 1.5, 1.6, 1.8, 1.14, 1.17, 1.20, 1.22 a 1.24, 1.35 a 1.37, 1.39 a 1.42, 1.44, 1.46 a 1.50, 1.61, 1.62, 1.66 a 1.69, 1.71, 1.72, 1.81, 1.84, 1.85, 1.87, 1.89 e 1.91) - Desclassificadas: PB Ponto do Bombeiro Materiais Hidráulicos Ltda. e Cofermeta S.A. (todos os subitens), Casa Ferreira Gonçalves Ltda. (subitens 1.8, 1.26, 1.90, 1.93 e 1.95). Subitens 1.45 e 1.70 (revogados).

ERRATA

311ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 22/10/97

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 1º/11/97, na pág. 19, col. 3, no discurso do Deputado Dilzon Melo, no 9º parágrafo, onde se lê:

"Prof. Stefano Gazola", leia-se:

"Prof. Stefano Gazzola"; e, no 10º parágrafo, onde se lê:

"Diretor Edson Gaspaldi", leia-se:

"Diretor Edson Crepaldi".